

diversos setores das Secretarias Municipais componentes da estrutura da Prefeitura de Amambai – MS, por um período estimado de 12 (doze) meses, tudo em conformidade das especificações descritas no termo de referência, anexo do edital, visando a constituição do Sistema Registro de Preços, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 039/2024, com saldo a extinguir no valor de R\$ 14.558 (quatorze mil e quinhentos e cinquenta e oito reais) em virtude do fim da vigência desta Ata.

FORO: Comarca de Amambaí/MS

Amambai - MS, 07 de novembro de 2025.

Assina:

Dorival Soares da Silva – Secretário Municipal de Gestão

CPF: nº 555.919.491-34

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

PROCURADORIA GERAL
LEI MUNICIPAL Nº 2.948/2.025

Autor: Vereadora – Vereadora Talyta Escobar da Silva Dias

Origem: PL/CAM - 12/25

“Dispõe sobre o registro e sepultamento de natimortos e a Política Municipal de Humanização do Luto Materno e Parental, em conformidade com as legislações federal pertinentes, e dá outras providências.”.

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA – Prefeito de Amambai/MS, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que em Sessão Ordinária realizada no dia 27/10/25, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica assegurado aos pais ou responsáveis legais o direito ao registro e ao sepultamento dos bebês natimortos ou em casos de óbito fetal no Município de Amambai/MS.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - natimorto: o feto que nasce sem sinais vitais, em qualquer fase da gestação;

II - óbito fetal: a morte ocorrida no período intrauterino após a 20ª (vigésima) semana de gestação ou em fetos com peso superior a 500g (quinhentos gramas), conforme definição da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Art. 3º. Os estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, do Município deverão:

I - fornecer aos pais ou responsáveis a declaração de óbito fetal ou natimorto, conforme legislação vigente;

II - orientar quanto aos procedimentos necessários para o registro em cartório;

III - garantir às famílias a documentação exigida para o sepultamento.

Art. 4º. A destinação do corpo do bebê natimorto ou falecido intraútero deverá respeitar a vontade dos pais ou responsáveis legais, observadas as normas sanitárias vigentes.

§ 1º. Os pais terão o direito de optar pelo sepultamento individual ou cremação do bebê.

§ 2º. Caso os pais não tenham condições emocionais ou financeiras de assumir essa responsabilidade, a destinação do corpo ficará a cargo do estabelecimento de saúde público ou privado, que realizará o sepultamento ou cremação de forma digna, sem ônus para a família.

Art. 5º. O Poder Público Municipal poderá promover campanhas de conscientização junto às famílias, hospitais e cartórios sobre o direito ao registro e ao sepultamento em casos de natimorto ou óbito fetal.

Art. 6º. Fica instituída, no âmbito do Município de Amambai/MS, a Política Municipal de Humanização do Luto Materno e Parental, em consonância com a Lei Federal nº 15.139, de 23 de maio de 2025, que visa assegurar a atenção humanizada às mulheres e aos familiares que vivenciam a experiência de perda gestacional, fetal ou neonatal.

Art. 7º. São objetivos da Política Municipal de Humanização do Luto Materno e Parental:

I - Garantir atendimento humanizado às mulheres e famílias que vivenciam perda gestacional, fetal ou neonatal;

II - Promover acolhimento psicológico, social e espiritual às famílias enlutadas;

III - Assegurar que os cartórios de registro civil do município cumpram o direito legal de atribuição de nome ao natimorto;

IV - Realizar campanhas de conscientização sobre o luto materno e parental, combatendo estigmas e fortalecendo a rede de apoio.

Art. 8º. O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e em articulação com a Assistência Social, deverá:

I - Estabelecer protocolos de acolhimento humanizado em todas as unidades de saúde;

II - Capacitar profissionais de saúde e assistência social para atendimento às famílias enlutadas;

III - Disponibilizar apoio psicológico individual e em grupo, quando necessário.

Art. 9º. Fica criado o Comitê Municipal de Humanização do Luto Materno e Parental, de caráter consultivo e intersetorial, composto por representantes:

I - da Secretaria Municipal de Saúde;

II - da Secretaria Municipal de Assistência Social;

III - de entidades da sociedade civil ligadas à defesa dos direitos da mulher e da criança;

IV - do cartório de registro civil do município.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 12 de novembro de 2.025

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,
Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Matéria enviada por JOSIANE LOPES DE LIMA

LEI MUNICIPAL Nº 2.949/2.025

Autor: PM

Origem: PL/GAB Nº 029/25

"Dispõe sobre a denominação da Praça Municipal do Conjunto Habitacional Caiuás, e dá outras providências".

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA, Prefeito de Amambai, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que em Sessão Ordinária realizada no dia 27/10/25 a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominada "Praça Dorival dos Santos Silveira" a Praça Pública Municipal situada no Conjunto Habitacional Caiuás, no Município de Amambai.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de novembro de 2.025.

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,
Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Matéria enviada por JOSIANE LOPES DE LIMA

CÂMARA MUNICIPAL DE AMAMBAI

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Amambai, no uso de suas atribuições, em conformidade com a alínea "c" do Inc. III, do Art. 74 da Lei 14.133/2021, vem através do presente, **AUTORIZAR** a execução do objeto do Processo Administrativo nº 040/2025, de Inexigibilidade Nº 07/2025 nas conformidades do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021 e em consonância Parágrafo Único do Art. 72 da Lei mencionada anteriormente, DETERMINAR a publicação em sítio eletrônico oficial

OBJETO: Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para a prestação de serviços de postagens de correspondência, notificações de dívida ativa por SEDEX, carta comercial, remessa com comprovação de entrega, impresso especial, serviço de caixa postal e demais correspondências da administração da Câmara Municipal e Amambai/MS, com vigência indeterminada.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS UTILIZADAS:

01.031.0001.2001- Manutenção atividades da Secretaria da Câmara

3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste contrato têm seu valor estimado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

EMPRESA VENCEDORA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, inscrita sob o **CNPJ: 34.028.316/0009-60**.

TOTAL GERAL EM 12 (DOZE) MESES: R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).

Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será indeterminado, em conformidade com o Artigo 109 da Lei 14.133/21 por tratar-se de contratação de serviço público em regime de monopólio.

Amambai-MS, 12 de novembro de 2025.

Darci José da Silva

Câmara Municipal de Amambai

Presidente

Matéria enviada por EDINÉIA FERNANDES DE SOUZA

Secretaria Municipal de Gestão

Altera e republica - PORTARIA Nº 389/25 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2.025